

# ÉTICA E PSICOLOGIA: UMA CRÍTICA A TEORIA E A PRÁTICA PSICOLÓGICAS

José Celio Freire

## RESUMO

Este artigo apresenta uma crítica ética da Psicologia, enquanto teoria e prática. A Ética é considerada como ciência da moral, em oposição ao caráter filosófico-doutrinário de sua formulação tradicional. A Psicologia é criticada, primeiramente, em sua fragmentação epistemológica. Por último, a análise focaliza a Psicologia enquanto prática, aplicação ou profissão, em termos de sua função social (28 referências).

## ABSTRACT

Ethics and Psychology: a critique of the psychological theory and practice.

This article presents a ethical critique of the Psychology, while theory and practice. The ethics is considered as a moral science, in opposition to the traditional philosophic-doctrinal shape. The psychology is criticized in its epistemologycal breaking up. This analyses presents too the Psychology as practice, application or profession, in its social function.

## INTRODUÇÃO

A questão ética da Psicologia me tem preocupado, de forma mais profunda, desde os estudos suscitados pelas disciplinas "Psicologia Aplicada à Educação: uma visão crítica" e "Teoria e Prática de Currículo: uma visão crítica", do Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Àquela época, já se esboçavam os problemas fundamentais que me levaram à elaboração de minha Dissertação de Mestrado (1989), acerca da questão mais específica da Ética da Abordagem Centrada na Pessoa, em Carl Rogers. Deveu-se a isso a necessária revisão da questão ética da Psicologia, como um todo, que tentarei explicitar neste artigo.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, sofre com assiduidade um saudável questionamento crítico que lhe impõe a necessidade de resolução de conflitos que lhe são internos. Num primeiro momento, o problema é epistemológico: urge que se delimite com clareza o espaço da Psicologia, enquanto conhecimento, em relação às demais ciências, superando a ambigüidade que a persegue. Por último, é a própria aplicação da Psicologia que está em jogo — a sua práxis. Para esta crítica é crucial que se reveja o objeto desta ciência ainda imatura e o objetivo da tecnologia que produz, à luz de pressupostos éticos.

### 1. ÉTICA: FILOSOFIA E CIÊNCIA

Para poder tratar a questão da Psicologia em sua perspectiva ética, faz-se mister definir-se de forma objetiva o que representa esta visão. Ética, do grego *ethos*, refere-se aos costumes e tradições, ao consuetudinário, tendo como correspondente latino o radical *mores*, de onde se origina o vocábulo moral. A identificação etimológica não corresponde o significado atual. Segundo Vásquez (1984), etimologicamente moral e ética se encontram no terreno especificamente humano da moralidade: "o humano como o adquirido ou conquistado pelo homem sobre o que há nele de pura natureza". (p. 14) Estes conceitos se confundem, freqüentemente, no plano da moral, enquanto normas sociais e correspondentes posturas dos indivíduos frente às mesmas. Mas o propósito deste estudo exige uma clara distinção: enquanto a moral diz respeito a uma determinada forma de comportamento humano, a ética é o estudo deste comportamento.

Há que se ter em mente, também, a contraposição entre moral *efetiva* ou *prática* e moral *reflexa* ou *teórica*, não perdendo de

vista a interdependência entre ambas. Enquanto a primeira refere-se ao comportamento prático dos homens, no plano moral, a segunda reporta-se à elaboração teórica da moral, tendo como exemplo as doutrinas éticas filosóficas, que nada mais são do que teorias da moral elaboradas a partir de uma noção determinada e determinista de Bem e de Mal. Se, por um lado, o homem comum é um prático da moral, o filósofo ou o ético é, por outro, um teórico da mesma. Um age moralmente, o outro pensa acerca desse agir e, mais que isso, chega a determinar, *a priori*, as atitudes e os comportamentos morais satisfatórios e aceitáveis. Reportando-se a Vázquez (1984), tem-se que a passagem da moral do plano da prática para o da teoria coincide com o início do pensar filosófico, “na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos” (p. 7) Pelo visto, a moral efetiva antecedeu a moral reflexa, assim como as condições concretas da vida antecedem a consciência dessa realidade. Como claramente Leontiev (1981) coloca a posição de que a ação precede o pensamento.

Em outro ângulo, percebe-se a relação entre ambas as formas de moral, efetiva e reflexa, como de mútua influência: a ação concreta dos homens determina a formação moral da sociedade e a compreensão desta gera a possibilidade de transformação para uma moral mais elevada. Trata-se, pois, de um processo dialético no qual fases anteriores são negadas e superadas em parte e conservadas em alguns de seus elementos, para dar lugar a um novo modelo moral, *pari passu* com o progresso histórico-social.

A literatura filosófica está prenhe de doutrinas morais normativistas, especulativas e desconectadas da realidade concreta dos homens. Tais doutrinas se revestem de um caráter ideológico alienador, pois defendem idéias, valores e interesses de setores ou classes dominantes na sociedade. (\*) A Ética Grega de Sócrates, Platão e Aristóteles, bem como as que lhes antecederam (pré-socráticos e sofistas) ou as que se lhes seguiram (estóicos e epicuristas), somam, para Vázquez (1984), um variado quadro de “éticas” distintas umas das outras, que preconizam o comportamento moral correto, defendem uma determinada idéia de Bem, ora como felicidade (eudemonismo), ora como belo (esteticismo), como o que dá prazer (hedonismo), ou como o que é útil (utilitarismo) (Vázquez, 1984). Isso

---

\* Ideologia enquanto visão que serve à legitimação, justificação, defesa ou manutenção da ordem social, em oposição a utopia — cuja função é crítica e subversiva, no sentido de apontar para uma realidade ainda não existente (Lowy, 1985).

0071201734-108

é historiado por Vázquez (1984) quando desvela a "ética" subjacente a cada movimento filosófico: o relativismo ou o subjetivismo ético dos sofistas; o racionalismo de Sócrates; a metafísica dualista de Platão, com morais específicas de classe, exceto os escravos; o elitismo ético de Aristóteles; a moral da predestinação dos estóicos, de cunho individualista; e o materialismo metafísico dos epicuristas. Passando da Ética Grega Clássica para a Ética Cristã Medieval, tem-se em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino a moral teocêntrica. Dá-se uma revolução do pensamento na Ética Moderna com o surgimento da moral antropocêntrica, representada pelo pensamento kantiano. Com a passagem à Ética Contemporânea surgem vários expoentes: Kierkegaard propugna o irracionalismo absoluto e o individualismo radical, onde a moral é limitada; o egoísmo integral de Marx Stirner torna a moral impossível; Sartre adota o liberalismo em associação com o individualismo radical; a ética utilitarista aparece com Pierce, James e Dewey, no pragmatismo; e a ética psicanalítica promove a exclusão da esfera moral dos atos movidos pelo inconsciente (Vázquez, 1984). Feito este rápido resgate das doutrinas éticas principais, vale a pena enfatizar o caráter histórico da moral que atesta o movimento dialético da passagem de uma a outra forma de moralidade, em consonância com a evolução das sociedades no tempo.

A ética marxista, por outro modo, vem explicar e criticar as morais do passado, propondo as bases teóricas e práticas de uma nova moral. Nela, o homem é visto como um ser social e histórico, a moral em sua função social e seu caráter relativo de sociedade e de classe, e a ação consciente dos homens como meio de transformação da sociedade (Vázquez, 1984). O avanço qualitativo desta proposta se dá pela visão mais globalizante do fenômeno moral, que passa a ser visto como consequência das relações que os homens estabelecem entre si, pela mediação do trabalho, e não como algo universal e existente anteriormente a tais relações. Por outro lado, recupera-se o papel do homem enquanto sujeito moral, agente ativo e transformador. Dentro desta perspectiva de análise, está a seguinte transcrição do pensamento de Vázquez (1984):

"Uma nova moral — que deixe de ser a expressão das relações sociais alienadas — torna-se necessária para regular as relações dos indivíduos, tanto em vista da transformação da velha sociedade, como em vista de garantir a unidade e harmonia entre os membros da nova sociedade socialista." (p. 25)

De uma forma geral, as doutrinas éticas se apóiam em três pressupostos básicos para explicar a origem ou fonte da moral: a natureza, Deus ou o homem enquanto essência imutável. Nenhuma delas refere-se ao homem como ser histórico, criador, sujeito concreto e transformador, nem à moral como inerente a esse homem e às suas relações com os outros homens, e não como algo vindo de fora e sobre ele, que o transcende (Vázquez, 1984). O caráter imanente da moral é tratado em relevo dentro de uma abordagem crítico-social, através do materialismo histórico e dialético: o homem concreto como fonte da moral, a partir de seu comportamento em sociedade e influenciado pelas relações que estabelece com outros homens, através do trabalho. A esse respeito, Vázquez (1977), em outro momento, sintetiza o conceito de essência humana em Marx:

“( . . . ) a essência humana residiria na natureza social, prática (produtora) e histórica do homem. O homem é um ser que produz socialmente, e que nesse processo se produz a si mesmo. Esse autoproduzir-se — como processo no tempo — faz dele um ser histórico.” (p. 423).

Este homem real, concreto, manifesta-se em sua unidade dialética como ser espiritual-sensível, natural-humano, teórico-prático, objetivo-subjetivo; ser produtor, transformador e criador; ser social e histórico. Complementando esta idéia com a interpretação de Sève (1979):

“( . . . ) para deixar de ser, seja a que grau for, uma abstracção inerente ao indivíduo isolado, a essência humana, coincidente com o conjunto das relações sociais, não deixa, só por isso, de ser uma *essência, anterior a a existência de cada indivíduo particular* (\*) e de que a existência dos indivíduos é na realidade, a *reprodução* (\*) que é necessariamente contraditória, fragmentada, incompleta na sociedade de classes ( . . . )” (p. 184).

É a partir desta visão dialética da moral que vamos poder defini-la como um sistema de normas, princípios e valores, de caráter histórico e social, acatado livre e conscientemente pelos indivíduos, e que regula as relações entre os indivíduos ou entre estes

\* Em itálicos no original.

8CH-PERIODICOS

é a sociedade (Vázquez, 1984). Quando se diz que tais normas são acatadas livre e conscientemente, deve-se ter em conta que não constituem uma disposição natural do homem, mas algo adquirido e construído por ele em sua história. Porém, o indivíduo já encontrada esta moral, em uma determinada sociedade, e seu comportamento só poderá ser julgado moralmente por ele próprio ou por outros indivíduos, se seus atos morais forem voluntários, partindo de sua vontade (Vázquez, 1984). Logo, o fato de ser aceito pelo indivíduo não implica numa atitude passiva, pois tal aceitação voluntária significa sua condição de *sujeito ativo* da moral.

Retornando-se à definição de moral acima referida, tal conduta, fruto da atividade de relação do homem, das condições de sua vida e trabalho, só se expressa numa dimensão social. Hiebsch e Vorweg (1980) assim colocam:

“O homem é um ser social e distingue-se decisivamente de outros organismos pelo facto de ele próprio produzir as suas condições de vida. As suas condições de vida são os objetos exteriores da sua actividade vital, que materialmente se colocam perante ele, e, ao mesmo tempo, as ‘forças essenciais do homem’, as suas capacidades, habilidades, experiência, em suma, as condições interiores, subjectivas, da actividade vital” (p. 35)

O indivíduo é o agente moral em primeira instância, é ele o executor da moral, porém isto só tem sentido se se encara o ato moral enquanto reflexo da sociedade, de sua superestrutura e, primariamente, de sua infra-estrutura social. Sève (1979) sintetiza este pensamento desta maneira:

“(...) as relações sociais, no fundo, não passam de relações entre os homens (...) os homens são, em última análise, fruto das relações sociais (...)” (p. 185).

Quando à moral ser reflexo da estrutura social, Ash (1965) já mostrava tal relação de modo perspicaz: “não é por simples coincidência verbal que expressões como ‘valores’ e ‘bens’ se encontram, embora com diferentes conotações, no contexto da filosofia moral e da economia política” (p. 17). Isso nos diz de quanto a Ética representa o estudo desta moral, pois segundo o mesmo Ash (1965):

"A Ética é o ramo mais prático da Filosofia. Ocupa-se das ações dos homens, e como estas estão em grande parte dirigidas para a obtenção dos meios de vida, e para assegurar a continuação da vida humana, a ética está intimamente associada à base econômica da sociedade." (p. 17)

Dentro deste enfoque a moral é histórica, dependente do contexto de tempo e espaço, variando de sociedade para sociedade e dentro de uma mesma organização social, enquanto caminha seu progresso histórico. Por isso, tem-se uma moral tribal (primitiva ou comunal), uma moral escravista, uma moral feudal (aristocrática) e uma moral burguesa (capitalista), e, quiçá, pode-se ter ou vir a ter novas formas, tais como uma moral socialista e uma moral comunista, propugnadas por Marx ainda no século passado. Assim, em cada época social aparece um modelo moral, genérico, e para cada sociedade, em cada momento histórico, uma ou mais morais efetivas específicas, sendo que umas são dominantes ou encarnam a moral da classe dominante, enquanto outras nem sequer são reconhecidas como moral, apesar de existirem na prática social (Vázquez, 1984). Não se pode perder de vista o caráter de classe da moral, a que estivemos nos referindo. Numa sociedade dada, a moral dominante é a moral da classe dominante, mesmo que haja espaço para o exercício isolado da moral em outra classe. Assim compreendido, tem-se a moral burguesa como dominante em nossa forma atual de organização social, caracterizada pelo modo de produção capitalista. Ao analisar esta moral burguesa, Ash (1965) elabora uma crítica que associa sua ética à Economia Política marxista:

"A decadência moral da sociedade capitalista é a consequência de um sistema econômico que não pode absorver os valores que é capaz de produzir, e julga lucrativo desviar o esforço humano para a produção de objetos ordinários, efêmeros e daninhos, desperdiçando com isso a capacidade natural do homem (...)" (p. 98)

Se a moral é relativa, no tempo e no espaço, à sociedade a que pertence, torna-se óbvia a constatação de que é impossível aceitar a universalidade de um determinado código moral, numa sociedade de classes. Ademais, é fato notório o caráter transitório, histórico, da sociedade de classes no desenvolvimento da civilização humana. Da mesma forma, dado que se precisa conhecer a realidade social para identificar-se a moral existente, é também inadmissível termos,

aprioristicamente, uma doutrina moral a aplicar nesta sociedade, negando a realidade concreta dos indivíduos que a formam. E, se o contexto social muda, se transforma, se nega e se repete, em parte e de forma distinta, como se pode ter uma moral determinista e absoluta, válida para qualquer situação? Essa mudança conduz à transformação do nosso modelo social, para o de uma sociedade igualitária sem divisão de classes. Então, poder-se-á falar de uma moral universal, no sentido de que se constitui numa moral para todos, por todos compartilhada. Como se verá mais adiante, tal só poderá acontecer quando houverem condições históricas para tanto. Vázquez (1984) nos esclarece a respeito:

“A história nos apresenta uma sucessão de morais que correspondem às diferentes sociedades que se sucedem no tempo.” (p. 40)

Por ser a moral algo tão mutável e diversificado, torna-se impraticável ter a Ética como unificação de todas as morais possíveis, de todos os tempos, ou ser uma doutrina específica que apenas se adapta, quando o faz, a uma determinada realidade social.

Porém, se se tem a ética como ciência que estuda o comportamento moral, elegendo como seu objeto de estudo a moral dos homens em sociedade, está-se falando da ética científica e não mais de doutrinas éticas (ética filosófica). A Ética, nesse sentido, é o estudo sistematizado do comportamento de relação do homem. O homem é um ser social no sentido em que sua individualidade é produzida no seio de condições sociais objetivas, condições estas inerentes ao conjunto das relações sociais, de que é fruto e que “constituem o seu processo real de vida”, segundo Sève (1979). Além disso, suas relações se estabelecem no plano da práxis, da atividade prática que se desenvolve na sociedade, em determinado momento de seu desenvolvimento histórico. Sua essência é o trabalho, a transformação da natureza e de si mesmo através do viver criativo e produtivo (Vázquez, 1984). O homem produz coisas e, ao produzi-las, produz relações sociais com outros homens. E a dimensão moral deste processo é o efeito que tais relações provocam sobre os outros homens, grupos e sociedade como um todo.

Enquanto ciência, a Ética busca, de forma objetiva, racional e crítica, estudar e explicar o comportamento moral do homem, sua determinação, sua realização e seu progresso, tendo por base a realidade concreta, bem como propor alternativas para uma moral mais satisfatória, mais desenvolvida e mais justa, mesmo que suas hipóteses e constatações não sejam levadas em consideração, ou venham

a ser assimiladas, pelas forças que fazem a história da sociedade humana. Neste sentido, tem-se a partir de Ash (1965) que:

“( . . . ) o marxismo é uma abordagem totalmente radical da questão da moral, porque prevê uma modificação fundamental nas condições mesmas sob as quais se processam as reflexões sobre a moral.” (p. 93)

A exemplo do que faz Marx com a dialética de Hegel, Vázquez (1984) vira de ponta-cabeça a perspectiva ética, fazendo-a assentar-se sobre a realidade concreta dos homens: “a ética revela uma relação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses sociais” (p. 10).

Esta ciência ética se propõe a investigar o progresso moral que acompanha o progresso histórico-social. Para tanto, Vázquez (1984) nomeia alguns critérios de análise deste progresso: ampliação da esfera moral na vida social, elevação do caráter consciente e livre e da responsabilidade sobre o comportamento moral, e o grau de articulação e coordenação dos interesses coletivos e pessoais. Com tudo isso, pode-se ter em mente que, quando se estuda a realidade concreta dos indivíduos e se teoriza sobre sua prática moral, têm-se como resultado não uma ética especulativa ou metafísica, mas um comprometimento histórico com o poder de transformação da realidade pelos homens, com a busca de uma sociedade mais igualitária.

Quando leva em conta as forças sociais que impulsionam o desenvolvimento e o progresso morais, que são, ao mesmo tempo, contraditórias e antagônicas, resultando em avanços e recuos, significando mudanças quantitativas e conseqüentes saltos qualitativos, a ciência passa da perspectiva ética para a dialética, tendo a visão do todo da dinâmica da sociedade. Nessa perspectiva, constata-se que a moral existente é uma moral de classe, portanto relativa a uma sociedade de classes, o que impossibilita sua universalidade. Só haverá uma moral universal quando as condições históricas o permitirem, isto é, quando houver a passagem da sociedade burguesa a uma sociedade sem classes. Isso é *utópico*, enquanto ideologia revolucionária e transformadora (Lowy, 1985). Para tanto, para que haja tal mudança social, é a moral proletária, segundo Vázquez (1984), que preparará a passagem a uma moral universalmente humana. Pois, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, é a classe que, objetivamente, detém as condições e os interesses relativos à transformação para uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, não é a moral que transformará a sociedade, mas

a consciência do homem de ser sujeito da história que o levará a intervir na transformação de acordo com as condições reais existentes na sociedade (Vázquez, 1984). Tomemos a discussão de Ash (1965) a esse respeito:

“(...) na medida mesma em que o capitalismo, deixa de justificar as esperanças econômicas e éticas (\*) que foram a força de sua vitória sobre o feudalismo, estará preparando o caminho para a sua própria substituição (...) outra forma de organização social é possível; e isso depende de terem as forças produtivas atingido tal nível que uma expansão maior seja impedida não pelos limites da capacidade humana, mas pelas restrições arbitrárias impostas no interesse de uma classe dominante.” (p. 100)

Para Vázquez (1984), as características de uma moral universalmente humana — o que só é possível, dito mais uma vez, em uma sociedade sem classes — implicariam “numa mudança de atitude diante do trabalho, num desenvolvimento do espírito coletivista, na eliminação do espírito de posse, do individualismo e do chauvinismo” (p. 39), logo, numa sociedade universalmente humana.

A ciência ética tem a tarefa de resgatar a história e o desenvolvimento morais da espécie humana, desde suas formas mais primitivas ou primordiais de organização social até a presente sociedade tecnológica, verificando erros e acertos cometidos pelo homem, suas conquistas e avanços morais e as perspectivas de um aprimoramento moral da humanidade. E não pode nem deve esquecer-se de que a moral é fruto das relações concretas dos homens, parte da superestrutura ideológica da sociedade. Marx (1984) deixava isso claro:

“Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência”. (p. 83)

A análise da questão ética da Psicologia se dará a partir desse referencial de estudo, tomando a ética numa *démarche* histórica e dialética, em sua perspectiva crítico-social.

\* Grifo meu.

## 2. A PSICOLOGIA ENQUANTO TEORIA

A Psicologia, como de resto toda ciência, se desenvolveu e continua a desenvolver-se dentro de condições determinadas historicamente. A respeito disso diz-nos Lowy (1985): "É impossível entender o desenvolvimento de uma ideologia, de uma teoria, de uma forma de pensamento, seja religiosa, científica, filosófica ou outra, desvinculadamente do processo mesmo de desenvolvimento das classes sociais, da história, da economia política" (p. 16). Sendo um dos últimos desmembramentos da Filosofia, ou da Antropologia Filosófica (final do século XIX), a Psicologia ainda não se caracteriza como uma ciência adulta, dada a ausência de um objeto uno de estudo e de uma metodologia unitária. Isso é o resultado de uma fragmentação de sua área de investigação, onde aparecem muitas "psicologias", heterogêneas, independentes e antagônicas (Japiassú, 1977, 1979). Sève (1979) coloca este problema da seguinte maneira:

" (...) esta juventude, ou seja, na verdade, esta persistente imaturidade, manifesta-se, logo de início, na incerteza em que se encontra ainda a psicologia a respeito da questão mais vital que se coloca a toda a ciência: a da definição rigorosa do seu objecto (...) da captação da própria essência daquilo de que pretende constituir-se como ciência". (p. 87)

Ora, variaram as abordagens, teoria e escolas, fragmentou-se o espaço epistemológico da nova ciência, sem coerência com relação ao objeto de estudo e ao método de investigação. Muitas "psicologias" apareceram, cada uma delas defendendo sua condição de ciência e negando às demais sua cientificidade. Fechadas a qualquer confronto de idéias que resultasse em desenvolvimento para a Psicologia, no dizer de Drawin (1985) passaram a defender seus "guetos teórico-metodológicos" e a se tornarem imunes à crítica epistemológica necessária. Sobre tal característica Japiassú (1979) conclui que "talvez fosse preferível falarmos, ao invés de 'psicologia', em 'ciências psicológicas' (p. 21).

Etimologicamente, o significado de Psicologia, do grego *psyché* e do latim científico *psychologia* (vocábulo criado por Melanchthon e vulgarizado por Goelenius), é "ciência da natureza, funções e fenômenos da alma ou mente humanas" (Cunha, 1986), o que evidencia a natureza metafísica e essencialista dos estudos psicológicos originais. No entanto, se se toma um dicionário de psicologia,

de publicação recente, tem-se que “enquanto ciência, a psicologia pode ser definida como a *procura* (\*) de um conhecimento objectivo da vida mental” (Richaudeau, 1979). Neste caso, apesar de se correr o risco de adentrar no domínio subjetivista e abstrato do mentalismo, deve-se reconhecer a incipiência da psicologia enquanto ciência, pois ainda é busca.

Originalmente, a psicologia era metafísica e ontológica, com uma concepção normativa e transcendental do homem — caráter ético e político — como definiu Japiassú (1979): “explicação racional dos comportamentos de consciência” (p. 41). Posteriormente, para reivindicar a si o estatuto de “ciência”, tenta assemelhar-se às ciências naturais, em seu experimentalismo, chegando mesmo ao organicismo e ao positivismo, em busca da “objetividade” do humano. Ao comentar esta influência Japiassú (1979) afirma:

“( . . . ) enquanto cristalização de uma ideologia, o empirismo desempenhou e continua a desempenhar um papel de orientação ou de canalização nas investigações ditas científicas da psicologia ( . . . ) os psicólogos empiristas são levados a subestimar, por completo, as atividades do sujeito”. (pp. 23-4)

Ao longo do seu desenvolvimento, surgiram variadas escolas — reflexologia, behaviorismo, psicanálise, gestaltismo e humanismo existencial, para citarmos apenas as mais recentes. Mas conserva, até hoje, a dicotomia entre uma perspectiva mais filosófica, cujos modelos são hermenêuticos ou interpretativos, e outra mais “científica”, que utiliza modelos das ciências naturais, entre a psicologia clínica e a psicologia experimental, na classificação de Japiassú (1977).

Todas as “psicologias” tentam estudar o homem, ou, pelo menos, sua conduta — “respostas significativas através das quais o ser vivo, em situação, integra as tensões que ameaçam a unidade e o equilíbrio do organismo” (Japiassú, 1977). Porém, cada uma o faz à sua maneira, enfocando apenas um aspecto deste homem e negligenciando os demais, perdendo, assim, a visão do todo humano. A reflexologia vê o homem enquanto instintos e reflexos; o behaviorismo enquanto comportamento observável; a psicanálise enquanto manifestação do inconsciente; o gestaltismo enquanto percepção e cognição; o humanismo existencial enquanto subjetividade e intuição.

\* Em itálicos no original.

A psicologia dita científica nasceu no âmbito positivismo comtiano, quando a filosofia e a metafísica deixavam de ter significação para as ciências da época (séc. XIX). Mas o que interessa saber do positivismo, em sua influência para a psicologia? Lowy esclarece: “a pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural” (1985, p. 36). O que significou para a ciência tal postura metodológica, como leitura da realidade, resume-se nesta análise de Kosik (1976):

“A imagem fiscalista do positivismo empobreceu o mundo humano e no seu absoluto exclusivismo deformou a realidade: reduziu o mundo real a *uma única* (\*) dimensão e sob um único aspecto, à dimensão da extensão e das relações quantitativas (...) a realidade não *se exaure* na imagem física do mundo. O fiscalismo positivista (...) negou a inexauribilidade do mundo objetivo e sua irredutibilidade à ciência, que é uma das teses fundamentais do materialismo; (...) empobreceu o mundo humano, por ter reduzido a um único modo de apropriação da realidade a riqueza da subjetividade humana. que se *efetiva* (\*) na *práxis* (\*) objetiva da humanidade”. (pp. 24-5)

O materialismo determinista passa a fundamentar as ciências, e a Psicologia é transposta do terreno dos valores para o dos fatos. Surge a preocupação com as medidas (psicofísica), com a quantificação; pretende-se a ligação com a fisiologia e a anatomia, e busca-se a experimentação. É fundamental que se esclareça, aqui, a substancial diferença entre materialismo mecanicista (vulgar) e materialismo dialético; tomando por base o que aquele é e este não é: determinista absoluto, a-histórico e tendo a visão de homem como objeto e não como sujeito de ação sobre a natureza.

A previsibilidade passa a ser a exigência básica para a condição de ciência, e a individualidade humana o domínio do estudo psicológico. Isso terá como conseqüências a ênfase no controle dos indivíduos e a perda da dimensão “transindividual” do comportamento humano (\*) — o que resulta no individualismo psicológico

\* Em itálicos no original.

\* O conceito de *transindividualidade* foi proposto por Goldmann (1972), enquanto aspecto constituinte da pessoa, complementar à individualidade, que representa o sujeito coletivo e histórico.

(Goldmann, 1972; Fonseca, 1985; e Leitão, 1985). Questões como a intencionalidade e a consciência do sujeito são relegadas a um segundo plano, sendo retomadas só posteriormente pelas investidas fenomenológicas e dialéticas. Prioriza-se o método em relação ao objeto de estudo, além de tomar-se o homem apenas como objeto, dentre outros, e não enquanto sujeito de sua experiência (Japiassú, 1977).

Contudo, por trás da opção teórico-metodológica, está uma posição filosófica ou ideológica, já que, como diz Lowy (1985), "não existe uma verdade objetiva, neutra; existem verdades que resultam de um ponto de vista particular, vinculado a certas convicções políticas e religiosas" (p. 71). As filosofias básicas que subsistem no campo da ciência são o empirismo, a fenomenologia e a dialética. No caso específico da Psicologia, o empirismo representa a maior força na formação de psicólogos (Japiassú, 1979). Esqueceu-se, assim, de seu objetivo de "ciência humanitária" e de "ciência da libertação", quando assumiu um embasamento filosófico que não a faz uma ciência independente, nem uma ciência do homem. Sua independência em relação a outras disciplinas, se existe, não lhe permite contrapor-se às exigências do sistema (capitalista) que a inspira e que lhe cobra uma função alienadora e ideológica.

Porém, o maior agravo sofrido pelo homem, enquanto ente epistemológico da Psicologia, se deve ao esquecimento de sua condição de existente, de ser histórico, criador e transformador. Visto como resultante de forças ora externas ora internas, sem consciência do que se passa ao seu redor e sem poder de mediação dessas condições, o homem deixa de ser dono de si mesmo e, cada vez mais, é prisioneiro passivo de um destino imutável.

No que diz respeito diretamente à ciência ética, que se ocupa da moral como objeto de investigação, a Psicologia, em sua forma tradicional, a que se reportou até então, merece uma crítica objetiva de sua construção teórica, pois a ética perpassa a elaboração teórica mesma da ciência psicológica e não apenas sua aplicação prática. A teoria cumpre a função social de explicar a realidade, o que, por vezes, assume um caráter ideológico de justificação desta realidade. Como nos diz Drawin (1985) em seu artigo a esse respeito:

" (...) então a discussão ética não pode ser tangencial à teorização psicológica, mas deve ter um alcance epistemológico, isto é, interferir no complexo processo de seleção, legitimação e invalidação de teorias". (p. 15)

A Psicologia esquece-se do homem enquanto ser social, histórico e transformador, isolando-o como indivíduo e fazendo-o objeto passivo de seu estudo. Esta é a mesma psicologia que o explica como resultado de condicionamentos mecanicistas, impotente diante das contingências ambientais ou controlado por forças instintivas inconscientes, as quais deve reprimir a todo o custo.

Perde-se, desta maneira, a visão do comportamento relacional do ser humano, fruto de forças sociais que emanam da estrutura social e se tornam visíveis nas instituições políticas, jurídicas, religiosas e culturais de toda a espécie. Mas tal condição, que constitui a essência humana real, concreta, vinculada diretamente à existência do homem numa determinada sociedade e época, não o torna um ser passivo diante do mundo. Pela consciência, sobretudo pela consciência social, este homem pode tomar a si o direito de ser livre, de buscar a transformação das condições externas de sua vida. Entretanto, disso a Psicologia não tem se ocupado, furtando-se de ser não apenas a ciência sobre o homem, mas, e principalmente, *para* ele e *por* ele.

Não nos causa espécie, neste momento, a constatação óbvia de que, assim como as doutrinas éticas aludidas no item anterior, as "psicologias" esqueceram-se do homem enquanto indivíduo/pessoa social e ativa, sujeito de sua história. Ambas as ciências, Ética e Psicologia, percorrem o mesmo trajeto epistemológico, servindo à explicação do homem, enquanto ser moral ou psicológico, que lhes exigem as forças dominantes na sociedade. No âmbito da Psicologia, com mais especificidade, Japiassú (1979) alerta:

" (...) a psicologia é uma 'ideologia de reserva' que é 'reforço sutil da ideologia dominante' (...) é solidária de um conservadorismo vigoroso que, no máximo, tolera um reformismo ingênuo: 'mudar o indivíduo *para não* (\*) mudar a ordem social — mudar o indivíduo na *esperança* (\*) de mudar a ordem social (...)'" (p. 38).

No primeiro caso, fica clara a intenção daqueles que se utilizam da Psicologia, em sua forma pragmático-utilitarista, e, por isso, visível e combatível. No entanto, no segundo caso, o poder ideológico ainda é mais ameaçador, pois infunde uma esperança vã que serve de freio e de ocultamento para uma luta em busca da transformação social e para a consciência das condições reais e concretas da vida dos indivíduos, respectivamente. Para comple-

---

\* Em negrito no original.

mentar esta crítica do problema ético da Psicologia, deixa-se o campo da ciência, da teoria, e passa-se, em seguida, ao domínio da profissão, da prática psicológica.

### 3. A PSICOLOGIA ENQUANTO PRÁTICA

A crise ideológica da Psicologia não é constatada apenas ao nível teórico. No que se refere aos aspectos técnicos e práticos, torna-se mais concreta esta sua condição de "instrumento de alienação", para utilizar uma expressão de Merani (1977). Enquanto técnica, ou tecnologia, a Psicologia se desenvolveu no sentido de propiciar instrumentos para garantir o controle e a previsão do comportamento. O condicionamento humano passa a ser explicado e aperfeiçoado "cientificamente", oferecendo condições mais favoráveis de aplicabilidade. Merani (1979) denuncia que a tecnologia psicológica e a Engenharia Humana vêm utilizar, na prática, o arsenal tecnológico da Psicologia — esta ciência que passa a servir, não ao homem, que se liberta pela consciência, mas ao sistema que o explora, aliena-o de si mesmo e de seu trabalho. A preocupação maior é com a eficácia e não com a ética do trabalho com o ser humano.

Esta crítica situa-se mais em relação à sociedade industrial, dado que é justamente nela que floresce a "psicologia científica", e toca mais de perto, em alguns momentos, a Psicologia Comportamentalista, dada a sua filosofia pragmatista e utilitarista, a sua opção visível pelo observável e controlável, e o seu desprezo pela consciência em prol da eficiência. Mas não tardaram, também, os questionamentos acerca de outras abordagens que, de uma forma ou de outra, têm contribuído para uma visão individualizante, adaptativa, desconectada com a crítica sócio-histórica e com as questões básicas da ciência ética.

Ora, o instrumental da Psicologia revela-se, por si só, num complexo arsenal a serviço da manutenção do *status quo*, criado e desenvolvido para servir à sociedade industrial. Os testes psicológicos, os processos de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, a manipulação de incentivos no trabalho, *et cetera*, são exemplos disto. Por outro lado, o instrumentalismo psicopedagógico e a psicanálise, como de resto todas as psicoterapias, vêm complementar, não enquanto intenção mas como consequência, a atuação do behaviorismo para os intentos da Engenharia Humana, que mais

não é do que o avanço da proposta da Administração Científica tayloriana. (\*) Em resumo, é o que aborda Yamamoto (1987):

“( . . . ) a psicologia segue o mesmo caminho ‘oportunista’, tanto com a orientação tecnicista ( . . . ) quanto nas abordagens ditas ‘humanistas’ de se colocar acima — ou ainda como ‘mediador’ — das contradições irreconciliáveis de classe, numa atitude de suposta neutralidade científica”. (p. 23)

Nestas e noutras tecnologias psicológicas, o que se observa é a possibilidade de manipulação do indivíduo, pela exacerbação da sua individualidade, pela sua patologização, pela massificação de necessidades, atitudes e comportamentos adequados ao sistema, pelo controle e direcionamento da conduta, pela abstração do social e pelo ocultamento das contradições básicas da sociedade. Desta maneira, a Psicologia torna-se uma forma de *doutrinação ética*, de prescrição normativa do comportamento humano, dissociada de uma crítica sócio-histórica e de um compromisso político para a libertação do homem, numa perspectiva de transformação estrutural da sociedade.

Cabe à Psicologia, aos seus teóricos e aplicadores, retomar a questão ética, nos termos de sua função social. Esta Psicologia, nova, refere-se a algo que transparece nesta definição de Merani (1977):

“Entendemos por psicologia ( . . . ) teoria e prática do que há de científico em nosso conhecimento geral do humano, que inclui, necessariamente, tanto a imagem do indivíduo em sua realidade subjetiva, quanto os conteúdos objetivos derivados de sua organização biológica, das interações com os demais seres humanos e com o meio físico e social”. (p. 77)

Por isso, desde a formulação teórica básica, passando pela investigação séria, até a práxis psicológica na sociedade, é essencial que se questione não apenas *o quê* e *o como* fazer, mas, e princi-

\* A Administração Científica proposta por Taylor se baseia no controle das variáveis ambientais para o aumento da produtividade e na justaposição do “homem certo no lugar certo” na organização. A Engenharia Humana é o avanço desta proposta no sentido da manipulação de variáveis internas e subjetivas do comportamento: relações interpessoais, motivação etc.

palmente, o *para quê* e o *para quem*. Buscando a *libertação* (\*) do homem, não como indivíduo particularizado, mas da pessoa enquanto ser social, transindividual, a Psicologia terá que se comprometer com a mudança ao nível da transformação social e elaborar sua teoria e seu instrumental nesse sentido, no sentido de uma prática libertadora.

#### 4. A PSICOLOGIA BUSCA SUA SUPERAÇÃO

Algo já se esboça na direção de uma psicologia conseqüente e comprometida com a transformação social, quando se toma o conhecimento psicológico na perspectiva dialética e do materialismo histórico. Trabalhos sérios e de profundidade conceitual já foram produzidos nesta linha por teóricos como Sève, Rubinstein, Leontiev, Hiebsch e Vorweg e outros, presentes neste estudo. Nesta busca se inscreve uma nova conceituação de ser humano, e de seu comportamento, onde não se perde a visão histórica, social e criadora do homem. Cabe à Psicologia, para Sève (1979), a tarefa de criar uma teoria da personalidade que leve em consideração a relação entre necessidade histórica e liberdade individual, entre a psicologia e a epistemologia, entre a ética e a estética. É o próprio Sève (1979) quem realça a importância do materialismo dialético para a Psicologia:

“( . . . ) o materialismo dialético ( . . . ) definiu a única tomada de perspectiva teórica e prática da psicologia ( . . . ) que permite subtraí-la, por completo, ao espírito acanhado das ideologias burguesas e às tendências para a levarem a servir interesses egoístas, até mesmo opressivos — obstáculo essencial ao desabrochar de uma verdadeira personalidade humana”. (p. 67)

Uma tal Psicologia, que se proponha a participar do desejo e da busca da libertação do homem, que, como coloca Merani (1979), “só será alcançada na existência em si e para si” (p. 29), deverá possuir alguns pressupostos filosóficos, que aqui se toma a partir do materialismo histórico e dialético, e que foram aventados por Hiebsch e Vorweg (1980):

\* O conceito de libertação para o materialismo histórico e dialético, não como libertação interior, abstrata ou individual, mas como libertação do coletivo humano da opressão de um modelo classista e explorador de sociedade.

“( . . . ) o aspecto histórico do materialismo fornece as bases gerais para determinar a natureza do objecto ‘personalidade’, e a dialéctica, os conceitos metodológicos indispensáveis para a análise deste objecto”. (p. 61)

Tais pressupostos serão agora tratados.

O primeiro deles refere-se à tese da *determinação social da personalidade*. Causas externas determinam o comportamento, na medida em que outras causas externas e condições internas concorrem para tanto. Em outras palavras, a causa é refratada ou refletida através das condições internas (Rubinstein, 1979; Hiebsch e Vorweg, 1980). Serra (1985) não permite que se perca a visão dialéctica desta questão, ao afirmar, de maneira sintética, que:

“( . . . ) a teoria do reflexo só é plenamente certa se se a concebe dialeticamente, quer dizer, se ao mesmo tempo se destaca o papel do interno como uma condição como um processo ativo de automovimento e autodesenvolvimento que repercute sobre o externo e o transforma; por sua vez a dialéctica só é plenamente certa se se a concebe de uma forma materialista, se se a entende em seu vínculo indissolúvel com a teoria materialista do reflexo”. (p. 238)

Tomemos, agora, o segundo pressuposto. Relaciona-se ao processo único de determinação social, que se dá através do *trabalho* — atividade concreta que liga o homem ao mundo. É a tese de que *o desenvolvimento da personalidade se dá através da atividade e pela atividade*. Tal determinação se estabelece a partir de três conexões essenciais: homem-natureza (organismo-meio); homem-objetos (sujeito-objeto); e homem-sociedade (personalidade-sociedade). Nestas três conexões o que se revela fundamental é a atividade humana. Hiebsch e Vorweg (1980) resumem tal posição do seguinte modo:

“( . . . ) a forma específica da interação pela qual o homem, como organismo, sujeito e personalidade, está ligado ao mundo — a actividade vital concreta — é o *trabalho* (\*) ( . . . ) o desenvolvimento do homem, da sua personalidade, realiza-se na actividade e pela actividade”. (p. 62)

\* Em itálicos no original.

Por último, tomemos o conceito de personalidade, básico para uma psicologia da personalidade calcada no materialismo histórico e dialético, e fundamental para a Psicologia como um todo. Assim o descrevem Hiebsch e Vorweg (1980):

“( . . . ) a totalidade das características e regularidades individuais (como caso particular das características gerais do homem) que se formam na actividade vital mediante influências externas e que regulam a activa interacção entre os homens e a realidade ( . . . ) aquilo com que um homem, por si mesmo e com relativa invariância, pode contribuir para o confronto com o meio, e principalmente com o meio social.” (p. 64)

É nesse sentido que se entende a questão que se coloca entre a noção de *indivíduo* e a noção de *pessoa*. Parece, à primeira vista, que o individual refere-se ao que é particular apenas a um homem, já a pessoa, por ser “transindividual”, traz em si o que é comum ao coletivo humano. Esta distinção é de fundamental importância, neste momento, no sentido em que delimita a fronteira que separa a psicologia do indivíduo, num modelo abstrato, de uma psicologia da pessoa, enquanto *indivíduo concreto* (Sève, 1979). A esse respeito, Rubinstein (1979) é bastante claro:

“A pessoa é tanto mais importante quanto mais representado se dá em sua refração individual o que comum a todos os homens. *As propriedades individuais da pessoa e as propriedades pessoais do indivíduo* (quer dizer, as que o caracterizam como personalidade) *não são a mesma coisa*”. (\*) (p. 417)

Elabora-se, assim, a crítica da psicologia do indivíduo abstrato, que omite o indivíduo enquanto ser social e histórico. Ao mesmo tempo, defende-se e reforça-se a necessidade de construção de uma psicologia mais abrangente. Essa Psicologia, de suma importância, enquanto verdadeira ciência do homem, é o que propôs Leontiev (1981):

“A tarefa que hoje em dia se coloca diante da psicologia científica consiste em não limitar-se às concepções gerais dialético-materialistas acerca da essência do pensamento humano, sem concretizar exatas concep-

\* Em itálicos no original.

ções aplicando-as aos problemas atuais do estudo do processo de desenvolvimento da atividade, das interações, e da influência que exercem sobre estas as novas condições sociais e os fenômenos, tais como a aceleração dos meios e formas de comunicação etc." (p. 34)

Pela superação da psicologia tradicional e pelo incremento de uma nova psicologia, preocupada com as questões maiores da existência humana, com a necessidade de transformações sociais estruturais, deve-se orientar o esforço dos teóricos e aplicadores da Psicologia. Esta Psicologia eticamente mais conseqüente e comprometida.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentou-se, ao longo deste trabalho, contextualizar a Psicologia e examinar a crítica epistemológica que lhe é feita, bem como vislumbrar um novo momento no qual ela surja como verdadeira ciência do homem e das relações que permeiam suas condutas. O foco de análise escolhido foi a questão ética, numa perspectiva sócio-política, a partir de uma leitura materialista-dialética do fenômeno moral.

Espera-se que venha a servir como subsídio para a discussão da questão ética da Psicologia nos cursos de formação de psicólogos, principalmente na matéria "Ética Profissional", bem como em todos os espaços onde a Psicologia seja aplicável.

A questão ética da Psicologia, pelo visto, é muito mais política e social que jurídica. A preocupação ética daqueles que fazem psicologia deve, então, ir além de um código de postura profissional e chegar-se às causas concretas do comportamento e às necessidades sociais históricas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ASH, W. *Marxismo e moral*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
02. BORNHEIM, G. A. *Dialética: teoria e práxis*. 2.ª ed. São Paulo, EDUSP, Porto Alegre, Globo, 1983.
03. BROHM, J. M. *O que é dialética*. Lisboa, Antídoto, 1979.
04. CODO, W. *O que é alienação*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
05. CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

06. DRAWIN, C.R. Ética e psicologia: por uma demarcação filosófica. *Psicologia: ciência e profissão*. Ano 5,2: 14-17, 1985.
07. FONSECA, A.H.L. da. Transindividualidade, individualidade, pessoa e psicologia. *Rev. das Faculdades Franciscanas*. Vol. 3, n.º 2; Psicologia III, pp. 33 a 48, 1985.
08. FRANKENA, W.K. *Ética*. 3.ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
09. FREIRE, J.C. A ética da psicologia centrada na pessoa. *Rev. de Psicologia*. Fortaleza, 5(1): pág. 77-91, jan./jun., 1987.
10. ————. *A ética da psicologia centrada na pessoa em Carl Rogers*. Fortaleza, 1989. (Dissertação de Mestrado).
11. GOLDMANN, L. *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
12. GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
13. HIEBSCH, H. e VORWEG, M. *Introdução à psicologia social marxista*. Portugal, Novo Rumo Ed., 1980.
14. IANNI, O. (Org.) *Karl Marx: sociologia*. 4.ª ed. São Paulo, Ática, 1984.
15. JAPIASSÚ, H. *A psicologia dos psicólogos*. Rio de Janeiro, Imago, 1979
16. ————. *Introdução à epistemologia da psicologia*. Rio de Janeiro, Imago, 1977.
17. KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
18. LEITÃO, V.M. Limites da abordagem centrada na pessoa: visão homem planetário e ênfase no individual. *Rev. de Psicologia*. Fortaleza, 3(1):1-14, jan/jun, 1985.
19. LEONTIEV, A.N. *Actividad, conciencia e personalidad*. Editorial Pueblo y Educacion, 1981.
20. LOWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo, Cortez, 1985.
21. LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo, Liv. Editora Ciências Humanas, 1979.
22. MERANI, A.L. *Psicologia e alienação*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
23. RUBINSTEIN, S.L. *El ser y la conciencia*. La Habana, Editorial Pueblo, 1979.
24. SERRA, D.J.G. La teoria del reflejo, la dialéctica y la psicologia. In: *Filosofia y ciencia* (colectivo de autores) La Habana, Editorial de Ciências Sociales, 1985.
25. SEVE, L. *Marxismo e teoria da personalidade*. Lisboa, Livros Horizonte, 1979. 3 vol.
26. VÁZQUEZ, A.S. *Ética*. 7.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
27. ————. *Filosofia da práxis*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
28. YAMAMOTO, O.H. *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo, EDICOM, 1987.